

## GABINETE DO DEFENSOR PÚBLICO-GERAL

### DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

#### VI CONCURSO PÚBLICO PARA O INGRESSO NA CARREIRA DE DEFENSOR PÚBLICO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

#### EDITAL Nº 22 – DPE/RS, DE 29 DE SETEMBRO DE 2022

A COMISSÃO DO CONCURSO DA DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL torna públicos **os pontos da prova de tribuna e a composição da Banca Examinadora da prova de tribuna**, referentes ao concurso público para o ingresso no cargo inicial da carreira de Defensor Público do Estado do Rio Grande do Sul.

#### 1. DOS PONTOS PARA A PROVA DE TRIBUNA

1.1 A prova de tribuna, de caráter eliminatório e classificatório, valerá **10,00 pontos** e objetiva aferir a capacidade de exposição oral do candidato a respeito de tema sorteado dentre as disciplinas de Direito Penal, Direito Processual Penal e Direito das Execuções Penais, constantes do item 17 do Edital nº 02 – DPE/RS, de 31 de agosto de 2021, e suas alterações, observadas as disciplinas constantes do quadro de provas do subitem 7.1 do referido edital, e versará sobre os pontos especificamente previstos para esta etapa, conforme Anexo I deste edital.

#### 2. DA COMPOSIÇÃO DA BANCA EXAMINADORA DA PROVA DE TRIBUNA

2.1 A Banca Examinadora da prova de tribuna é integrada pelo Presidente da Comissão do Concurso e pelos Examinadores Alexandre Wunderlich, Fábio Mariani de Souza, Felipe Cardoso Moreira de Oliveira, Maria de Fátima Záchia Paludo e Rafael Carrard.

#### 3. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

3.1 As demais disposições a respeito da prova de tribuna constarão do edital de convocação para essa fase, conforme subitem 12.7 do Edital nº 02 – DPE/RS, de 31 de agosto de 2021, e suas alterações.

**ALCINDO STRELOW**  
Defensor Público do Estado  
Presidente da Comissão do Concurso

## GABINETE DO DEFENSOR PÚBLICO-GERAL

### ANEXO I

#### PONTOS PARA A PROVA DE TRIBUNA

1. Missão e limites do direito penal. 1.1 Princípios de direito penal. 1.2 Ofensividade em direito penal e teoria do bem jurídico.
2. Lei penal. 2.1 Teoria e aplicação da lei penal no tempo e no espaço. 2.2 Interpretação da lei penal. 2.3 Lei penal e prerrogativas funcionais. 2.4 Concurso de normas penais. 2.5 Revogação da lei penal.
3. Responsabilidade penal. 3.1 Autoria e participação. 3.2 Concurso de pessoas. 3.3 Circunstâncias incomunicáveis. 3.4 Casos de impunibilidade. 3.5 Responsabilização penal de pessoas físicas e jurídicas.
4. Teoria geral e estrutura analítica do crime. 4.1 Conceitos, elementos e classificações dos crimes.
5. Conduta punível: ação e omissão. 5.1 Relação de causalidade. 5.2 Imputação objetiva. 5.3 Resultado. 5.4 Consumação e tentativa. 5.5 Crime impossível. 5.6 Desistência voluntária. 5.7 Arrependimento eficaz. 5.8 Arrependimento posterior.
6. Tipicidade. 6.1 Excludentes da tipicidade.
7. Ilicitude. 7.1 Excludentes da ilicitude.
8. Culpabilidade. 8.1 Excludentes da culpabilidade.
9. Estrutura jurídica do erro e aplicação em direito penal. 9.1 Erro de tipo. 9.2 Erro de proibição. 9.3 Descriminantes putativas.
10. Concurso de crimes.
11. Pena criminal. 11.1 Teorias da pena. 11.2 Espécies de pena: privativas de liberdade, restritivas de direitos e pecuniárias. 11.3 Limite das penas. 11.4 Isenção de pena. 11.5 Extinção da punibilidade.
12. Pena criminal. 12.1 Cominação e aplicação. 12.2 Cálculo da pena: definição da pena-base, circunstâncias agravantes e atenuantes, causas de aumento e diminuição. 12.3 Fixação de regimes de execução da pena privativa de liberdade. 12.4 Suspensão condicional da pena. 12.5 Substituição da pena privativa de liberdade por penas restritivas de direitos. 12.6 Fixação de valor mínimo para reparação dos danos causados pela infração.
13. Justiça penal negocial. 13.1 Princípios. 13.2 Direitos e benefícios penais. 13.3 Sanções premiaias. 13.4 Cominação e aplicação.
14. Livramento condicional.
15. Medida de segurança.
16. Condenação. 16.1 Efeitos da condenação. 16.2 Reabilitação.

Disponibilização - 29 de setembro de 2022

Publicação - 30 de setembro de 2022

## GABINETE DO DEFENSOR PÚBLICO-GERAL

17. Ação penal.
18. Crimes contra a pessoa.
19. Crimes contra o patrimônio.
20. Crimes contra a propriedade imaterial.
21. Crimes contra a dignidade sexual.
22. Crimes contra a família.
23. Crimes contra a incolumidade pública.
24. Crimes contra a paz pública.
25. Crimes contra a fé pública.
26. Crimes contra a administração pública.
27. Estatuto do Desarmamento (Lei nº 10.826/03).
28. Lei de Drogas (Lei nº 11.343/06).
29. Lei Maria da Penha (Lei nº 11.340/06).
30. Lei de Execução Penal (Lei nº 7.210/84).
31. Lei dos Crimes Hediondos (Lei nº 8.072/90).
32. Código de Trânsito Brasileiro (Lei nº 9.503/97).